



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

MARÇO/2011

**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentados aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada, nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado na forma do disposto nas disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 107/2010 e da Portaria TCU nº 277/2010.

Brasília, 31 de março de 2011

Abreviaturas

ABIN – Agência Brasileira de Inteligência
CGAD – Coordenação-Geral de Administração
COLICON – Coordenação de Licitações e Contratos
COMAP – Coordenação de Material e Patrimônio
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
CREDEN – Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional
DAL – Departamento de Administração e Logística
DGP – Departamento de Gestão de Pessoal
DN – Decisão Normativa
DPDT – Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
ESINT – Escola de Inteligência
GSI – Gabinete de Segurança Institucional
IN – Instrução Normativa
LOA – Lei Orçamentária Anual
PAA – Plano Anual de Atividades
PJ – Pessoa Jurídica
PLOA – Projeto de Lei Orçamentária Anual
PPA – Plano Plurianual
RIP – Registro Imobiliário Patrimonial
RP – Restos a Pagar
SARHA – Sistema de Apoio a Recursos Humanos e sua Administração
SIAPE – Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIAFI – Sistema Integrado de Administração Financeira
SIASG – Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV – Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SIGPLAN – Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
SIORG – Sistema de Informações Organizacionais
SISBIN – Sistema Brasileiro de Inteligência
SPU – Secretaria de Patrimônio da União
SPOA – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
TCU – Tribunal de Contas da União
UG – Unidade Gestora
UJ – Unidade Jurisdicionada
UO – Unidade Orçamentária

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. Identificação da Unidade Jurisdicionada	2
3. Planejamento da Gestão Orçamentária e Financeira	3
3.1. Responsabilidades Institucionais	3
3.2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais	3
3.3. Programa de Governo sob a responsabilidade da UJ	4
3.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro	6
4. Informações sobre Restos a pagar	11
5. Informações sobre Recursos humanos	12
5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos	12
5.2. Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	14
5.3. Composição do Quadro de Estagiários	14
5.4. Composição dos custos de Recursos Humanos	14
5.5. Contratos de Prestação de serviços com locação de Mão de Obra	16
5.6. Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos	19
6. Informações sobre transferências efetuadas	20
7. Declaração sobre registro de contratos e convênios no SIASG/SICONV	23
8. Informações sobre Declaração de Bens e Renda	23
9. Informações sobre a Estrutura de Controle Interno	23
10. Informações sobre a Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	25
11. Informações sobre a Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	26
12. Informações sobre a Gestão de Tecnologia da Informação	30
13. Informações sobre a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal	31
14. Informações sobre o cumprimento das deliberações do Tribunal de Contas da União	32
15. Informações sobre as recomendações do Órgão de Controle Interno	35
16. Declaração do contador responsável pela UJ	36
17. Outras informações relevantes	36

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão Individual refere-se à Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e tem por objetivo apresentar, ao Tribunal de Contas da União (TCU), informações sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial da unidade no exercício 2010, o cumprimento de metas físicas e financeiras e o registro de dados sobre as atividades de apoio às políticas públicas, tendo como principal cliente o Presidente da República.

A ABIN integra a estrutura do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR), conforme disposto no art. 6º da Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, com a redação dada pela Medida Provisória 527, de 18 de março de 2011. De acordo com a Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, tem por competências, dentre outras: 1) planejar, executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País; 2) planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República; 3) planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade; 4) avaliar ameaças, internas e externas, à ordem constitucional; e 5) promover o desenvolvimento de recursos humanos e doutrina de Inteligência e realizar estudos e pesquisas para o exercício e o aprimoramento da atividade de Inteligência.

A estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão, das gratificações de exercício em cargo de confiança e das gratificações de representação foram aprovados pelo Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008.

No cumprimento de suas competências legais, a ABIN desenvolveu a atividade de Inteligência em 2010, no que se refere aos limites de sua extensão e ao uso de técnicas e meios sigilosos, com irrestrita observância dos direitos e garantias individuais, fidelidade às instituições e aos princípios éticos que regem os interesses e a segurança do Estado brasileiro.

Nesse sentido, as ações da Agência foram orientadas para a produção de conhecimentos sobre ameaças e oportunidades com capacidade de influenciar a ação governamental e a segurança da sociedade e do Estado. Também trabalhou na proteção de conhecimentos sensíveis e estratégicos para o País; na prevenção de ações terroristas; no desenvolvimento de tecnologia para a segurança das comunicações; na capacitação e qualificação de servidores para a atividade de Inteligência nas esferas municipal, estadual e federal; no intercâmbio de dados, informações e conhecimentos no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN); e na manutenção das condições de funcionamento da sua infraestrutura técnica e administrativa.

Seguindo orientação do TCU, cabe registrar que não foram incluídas no Relatório de Gestão as informações relativas à parte A do Anexo II da DN 107/2010, por não haver ocorrência para registro ou não se aplicarem à natureza jurídica da UJ, a saber:

- item nº 3, informações sobre reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, embora seja aplicável, não houve ocorrência a registrar; e
- item nº 14, informações sobre renúncia tributária, por não ser aplicável à natureza jurídica da UJ.

A exemplo de anos anteriores, a expectativa é de que o presente Relatório de Gestão atenda plenamente às orientações emanadas do TCU. Na hipótese de falhas e incorreções, há, por parte da Agência, firme propósito de adotar providências para fortalecer o acompanhamento e controle interno e externo sobre o processo de gestão da ABIN.

2. IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA - Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República			Código SIORG: 000027
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Agência Brasileira de Inteligência			
Denominação abreviada: ABIN			
Código SIORG: 045104	Código LOA: 20118	Código SIAFI: 110120	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Administração Pública Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em Geral			Código CNAE: 8411-6
Telefones/Fax de contato:	(061) 3445-8000	(061) 3445-8680	FAX (061) 3445-8539
E-mail: aplam@abin.gov.br			
Página na Internet: http://www.abin.gov.br			
Endereço Postal: Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, Bloco "A", Brasília-DF. CEP: 70.610-905			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, que cria a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
<ul style="list-style-type: none"> - Decreto nº 6.408, de 24 de março de 2008; - Regimento Interno aprovado pela Portaria nº 037/GSIPR/CH/ABIN, de 17 de outubro de 2008, e alterações introduzidas pela Portaria nº 030/GSIPR/CH/ABIN, de 5 de agosto de 2009; e - Norma Administrativa nº 001, de 4 de agosto de 2008. 			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
110120	Agência Brasileira de Inteligência		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
00001	Tesouro Nacional		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
110120		00001	

3. PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA UJ

3.1 Responsabilidades Institucionais

a) Competência Institucional.

A ABIN, na condição de órgão central do SISBIN, tem por competência planejar; executar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades de Inteligência do País, obedecidas a política e as diretrizes superiormente traçadas, na forma da legislação específica.

Compete, ainda, à ABIN:

- executar a Política Nacional de Inteligência e as ações dela decorrentes, sob supervisão da Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo;
- planejar e executar ações, inclusive sigilosas, relativas à obtenção e análise de dados para a produção de conhecimentos destinados a assessorar o Presidente da República;
- planejar e executar a proteção de conhecimentos sensíveis, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade;
- avaliar as ameaças, internas e externas, à ordem constitucional;
- promover o desenvolvimento de recursos humanos e da Doutrina de Inteligência; e
- realizar estudos e pesquisas para o exercício e o aprimoramento da atividade de Inteligência.

b) Objetivos estratégicos

No cumprimento de suas competências legais, a ABIN desenvolve a atividade de Inteligência, tendo como público-alvo (beneficiário) a Presidência da República e por base os seguintes objetivos:

- Objetivo de Governo: promover ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos;
- Objetivo setorial: coordenar o SISBIN e as atividades de Inteligência do País; e
- Objetivo específico: desenvolver atividades de Inteligência e de segurança da informação no interesse do Estado e da sociedade.

3.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais:

a) Análise do andamento do plano estratégico da Unidade Jurisdicionada

Em conformidade com o conceito estratégico definido no seu Planejamento Institucional, a ABIN desenvolveu e executou a atividade de Inteligência visando a consolidar sua missão institucional e garantir o reconhecimento de seu papel como a Agência de Inteligência do Estado brasileiro, com foco na qualidade do assessoramento prestado ao Presidente da República e, de forma mais abrangente, ao processo decisório nacional. Além disso, e não menos importante, apostou na valorização e no desenvolvimento de seu capital humano, elemento decisivo na produção de conhecimentos com maior valor agregado e, conseqüentemente, fator crítico de sucesso para assegurar a credibilidade institucional na defesa dos interesses do Estado e da Sociedade.

Dessa forma, a Agência cumpriu com suas atribuições em sintonia com as Orientações Estratégicas da Presidência da República para a área de Segurança Institucional e as diretrizes emanadas do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para a área de Inteligência Federal.

Ainda nesse contexto, a ABIN produziu conhecimentos para o assessoramento do processo decisório nacional e em apoio a políticas públicas, considerando os objetivos de governo expressos no Plano Plurianual PPA 2008-2011, especialmente quanto a promover ambiente social pacífico e garantir a integridade dos cidadãos.

b) Análise do plano de ação da unidade referente ao exercício a que se referir o relatório de gestão.

Como desdobramento do conceito estratégico institucional, as atividades de Inteligência da ABIN foram orientadas por Plano Anual de Atividades (PAA), mediante a consecução de metas e ações inscritas em 12 projetos: 1) produção de conhecimentos, 2) salvaguarda de assuntos estratégicos, 3) proteção institucional, 4) obtenção de dados, 5) capacitação de servidores, 6) comunicação social, 7) desenvolvimento científico e tecnológico, 8) relações institucionais, 9) ordenamento jurídico, 10) métodos e processos, 11) administração e orçamento e 12) gestão de pessoas.

3.3 Programa de Governo sob a responsabilidade da UJ

a) Execução orçamentária por Programa de Governo

Considerando o disposto na Lei nº 11.653, de 7 de abril de 2008, sobre o PPA 2008-2011, e na Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010, esse item não se aplica à UJ, no tocante à responsabilidade por gerir Programa de Governo inscrito na Lei do PPA.

b) Execução física das ações realizadas pela UJ

Função	Sub Função	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
06	122	0641	09HB	OP	4	-	-	-	-
06	301	0641	2004	A	4	Pessoa beneficiada	5.508	3.536	4.409
06	365	0641	2010	A	4	Criança atendida	157	129	143
06	331	0641	2011	A	4	Servidor beneficiado	529	528	423
06	306	0641	2012	A	4	Servidor beneficiado	1.711	1.698	1.760
06	301	0641	20CW	A	4	Servidor beneficiado	914	-	914
06	572	0641	2188	A	4	Pesquisa desenvolvida	4	4	5
06	122	0641	2272	A	4	-	-	-	-
06	572	0641	2488	A	4	Produto desenvolvido	3	3	3
06	722	0641	2671	A	4	Sistema mantido	3	3	5
06	183	0641	2684	A	4	Ação realizada	775	934	850*
06	122	0641	2867	A	4	Militar remunerado	49	45	43
06	128	0641	2A80	A	4	Pessoa capacitada	900	1.643	1.250
06	128	0641	4572	A	4	Servidor capacitado	1.200	1.630	500

Fonte: SIGPlan

c) Análise crítica da Execução Física das ações realizadas pela UJ

Em 2010 as metas físicas previstas para as ações orçamentárias sob responsabilidade da ABIN foram cumpridas, algumas superando os valores especificados no Programa 0641 – Inteligência Federal.

Na ação 2684 – Ações de Inteligência – foram estabelecidas 850 ações de Inteligência como meta para o exercício de 2011, entretanto, no SIGPlan constam 751 ações.

A ação 20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos, deixou de ser executada uma vez que a Agência não recebeu orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP) sobre estratégias de licitação para contratar empresas interessadas em realizar os exames médicos periódicos. Também não houve liberação, por parte da Secretaria de Orçamento Federal (SOF), de cota de limite para empenho.

Em 2010, as ações desenvolvidas visaram à produção de conhecimentos sobre assuntos vinculados à dimensão nacional e internacional dos interesses do País, considerando a ocorrência de ameaças e oportunidades com potencial para influenciar a gestão e ação governamental federal na condução de políticas públicas.

Para tanto, foram elaborados 934 Relatórios de Inteligência (Relint) sobre temas e assuntos variados, afetos às áreas de Inteligência Estratégica, Contraineligência e Contraterrorismo. No conjunto, o produto da atividade de Inteligência incluiu conteúdos relativos à prevenção a atos ou o financiamento do terrorismo; aspectos sociais, políticos e econômicos da conjuntura internacional; segurança pública e crime organizado; atuação de estrangeiros no País, meio ambiente e biodiversidade; questões fundiárias; questões indígenas; cultivo, processamento e tráfico de drogas ilícitas; espionagem; sabotagem; proteção de conhecimentos sensíveis; programa nuclear; comércio ilegal de armas, explosivos e munições; atuação de organizações não-governamentais; biossegurança e biodefesa; tráfico de pessoas; situação de brasileiros em áreas de fronteira; cooperação internacional nas áreas química, biológica, nuclear, de mísseis e satélites em outros países; e exploração de recursos minerais.

Em 2010, a ABIN também deu continuidade ao Programa Nacional de Proteção ao Conhecimento (PNPC), cuja finalidade é sensibilizar instituições e organizações públicas e privadas, detentoras de conhecimentos sensíveis, a adotar medidas preventivas de proteção daqueles dados e informações. Nesse sentido, por meio de termos de cooperação técnica, foram realizadas palestras de sensibilização e diagnósticos em instituições que produzem ou custodiam conhecimentos e recursos estratégicos para o desenvolvimento e a segurança do País.

Outra atividade importante foi o Programa Nacional de Integração Estado-Empresa na Área de Bens Sensíveis (Pronabens), executado em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), que orienta indústrias, empresas, universidades e centros de pesquisas sobre o uso e comércio de bens sensíveis e de uso dual. Seu objetivo é prevenir e impedir atividades de atores estatais ou não-estatais que utilizam o comércio internacional para apoiar de forma ilegal projetos de construção de armas de destruição em massa. As equipes do Pronabens realizaram visitas técnicas a diversas empresas, com o objetivo de orientá-las sobre as listas de controle de transferência de material e tecnologia sensíveis.

As ações de capacitação profissional voltada para a atividade de Inteligência permitiram oferecer 94 cursos, com o conseqüente treinamento de 1.643 pessoas no decorrer do ano, englobando quadros da ABIN, do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), de outros órgãos públicos dos Poderes Executivos federal e estaduais, de órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal e Estadual, além de integrantes de serviços de Inteligência estrangeiros. Em geral, o treinamento priorizou o incremento das capacidades analítica e operacional, de modo a atender à demanda originária das diversas instituições e organizações parceiras.

Na área de desenvolvimento científico e tecnológico, com ênfase na segurança da informação, foram desenvolvidas pesquisas em criptografia baseada no emparelhamento bilinear; em monitoração de ambientes computacionais seguros e em desenvolvimento de computação em

“GRID”, ou seja, desenvolvimento de tecnologia que permite a distribuição de um trabalho de grande complexidade em vários computadores, em sistema de rede.

No campo das comunicações, deu-se continuidade ao desenvolvimento do Telefone Seguro Governamental para telefonia móvel (TSG-M); à implementação de plataformas criptográficas na versão portátil, visando à segurança de arquivos em computadores, e na versão de alto desempenho, para o estabelecimento de redes privadas virtuais entre instalações remotas.

O Ministério das Relações Exteriores foi objeto de consultoria para garantir a segurança das comunicações entre a sede, em Brasília, e as embaixadas no exterior.

No âmbito da cooperação entre a ABIN e o MPS, foram desenvolvidas ações visando ao combate de ilícitos criminais na área de benefícios, bem como promovidos cursos de aperfeiçoamento e capacitação para servidores daquela pasta.

A ABIN foi designada instituição executora do acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Democrática do Timor-Leste, que tem por objeto a implementação de ações que permitam o fortalecimento do Serviço Nacional de Inteligência de Timor-Leste.

Junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a ABIN colaborou por meio da prestação de serviços de suporte para otimização, adaptação, correção e melhoria dos algoritmos que garantem a integridade dos dados e a transmissão segura de boletins de votação das urnas eletrônicas.

3.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro da Unidade Jurisdicionada

a) Programação Orçamentária da Despesa

Identificação da Unidade Orçamentária

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA	20118	110120

Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	308.821.105	318.221.712	-	-	49.506.000	54.998.366	
	PLOA	308.821.105	318.221.712	-	-	49.506.000	54.998.366	
	LOA	308.821.105	318.221.712	-	-	43.247.477	65.998.366	
CRÉDITOS	Suplementares	7.113.000	27.394.000	-	-	8.625.592	6.288.371	
	Especiais	Abertos	-	-	-	-	19.588	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados	18.500.000	-	-	-	2.078.500	845.060		
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		297.434.105	345.615.712	-	-	49.814.157	71.441.677	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
Dotação proposta pela UO		5.337.000	6.300.000	-	-	-	-
PLOA		5.337.000	6.300.000	-	-	-	-
LOA		5.337.000	6.300.000	-	-	-	-
Suplementares		-	1.754.000	-	-	-	-
Especiais	Abertos	-	-	-	-	-	-
	Reabertos	-	-	-	-	-	-
Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
	Reabertos	12.638.084	-	-	-	-	-
Créditos Cancelados		13.537.800	-	-	-	-	-
Outras Operações		-	-	-	-	-	-
Total		4.437.284	8.054.000	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Quadro-Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2009	2010	2009	2010	2009	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO	49.506.000	54.998.366	5.337.000	6.300.000	-	-	
	PLOA	49.506.000	54.998.366	5.337.000	6.300.000	-	-	
	LOA	43.247.477	65.998.366	5.337.000	6.300.000	-	-	
CRÉDITOS	Suplementares	8.625.592	6.288.371	-	1.754.000	-	-	
	Especiais	Abertos	19.588	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	12.638.084	-	-	-
	Créditos Cancelados	2.078.500	845.060	13.537.800	-	-	-	
Outras Operações		-	-	-	-	-	-	
Total		49.814.157	71.441.677	4.437.284	8.054.000	-	-	

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Observação: Os quadros acima demonstram a programação orçamentária da unidade nos exercícios de 2009 e 2010, por grupo de despesas e categoria econômica.

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	110197	06.122.0641.2272.0001	-	-	74.823
	Recebidos	110322	04.122.0641.2272.0001	-	-	105.204
Movimentação Externa	Concedidos	110060	06.122.0641.2272.0001	-	-	47.160
		153103				550.000
		160509				10.000
		170100				74.519
		170131				513.415
		170214				175.301
		170344				52.504
		170345				28.349
	173057	668.099				
	250013	9.680				
	Recebidos	201002	04.121.0802.4505.0001	-	-	3.749
		201002	04.121.0802.8861.0001	-	-	5.500
		201002	09.272.0089.0181.0001	53.000	-	-
330002		09.122.0750.2000.0001	-	-	298.390	
330002		09.271.0087.8452.0001	-	-	501.897	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-
Movimentação Externa	Concedidos	-	-	-	-	-
	Recebidos	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Análise crítica

As movimentações de créditos orçamentários (interna e externa), em 2010, atenderam às expectativas da UJ, tanto nos recebimentos, quanto nas concessões de créditos.

Salientamos que os créditos concedidos pela UJ, dizem respeito a rateios de despesas condominiais (manutenção e funcionamento) junto a outros órgãos federais, uma vez que diversas superintendências estaduais desta Agência não ocupam instalações próprias.

Os créditos recebidos foram utilizados para atender demandas da Unidade Orçamentária e de outros órgãos, principalmente relacionados à compra de material de expediente para execução de serviços gráficos, a título de reposição.

A UJ também recebeu destaque do MPS relativo à Acordo de Cooperação Técnica.

Em relação aos valores movimentados, não houve impacto significativo quanto ao consumo de recursos geridos pela UJ.

b) Execução Orçamentária da Despesa

Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação	16.348.989	24.678.127	16.348.989	24.678.127
Convite	-	1.994	-	1.994
Tomada de Preços	120.497	20.673	120.497	20.673
Concorrência	-	24.531	-	24.531
Pregão	16.228.492	24.630.929	16.228.492	24.630.929
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
Contratações Diretas	5.845.900	10.896.176	5.845.900	10.896.176
Dispensa	4.844.148	9.421.669	4.844.148	9.421.669
Inexigibilidade	1.001.752	1.474.507	1.001.752	1.474.507
Regime de Execução Especial	7.119.468	11.228.181	7.119.468	11.228.181
Suprimento de Fundos	7.119.468	11.228.181	7.119.468	11.228.181
Pagamento de Pessoal	296.010.702	345.420.898	296.000.762	345.420.898
Pagamento em Folha	293.650.705	342.216.311	293.650.705	342.216.311
Diárias	2.359.997	3.204.587	2.350.057	3.204.587
Outros	4.994.033	1.293.232	4.961.488	1.293.232

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP Não Processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	294.350.706	342.546.312	293.650.706	342.546.312	350.000	700.000	293.650.706	342.216.311
319011 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	173.827.241	205.410.056	173.527.241	205.410.056	50.000	300.000	173.827.241	205.380.055
319001 Aposentadorias e Reformas	68.785.980	77.477.909	68.785.980	77.477.909	-	-	68.785.980	77.477.909
319113 Obrigações Patronais	35.505.148	42.025.744	35.505.148	42.025.744	-	-	35.505.148	42.025.744
Demais	16.232.337	17.632.603	15.832.337	17.632.603	300.000	400.000	15.532.337	17.332.603
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	40.662.924	58.149.447	36.311.324	50.490.841	7.883.958	4.351.599	36.304.839	50.490.801
339039 Outros Serviços de Terceiros - PJ	22.639.426	35.353.727	19.150.878	28.855.516	6.716.534	3.488.548	19.149.142	28.855.516
339093 Indenizações e Restituições	4.864.714	6.268.363	4.839.758	6.268.363	-	610.787	4.839.758	6.268.363
339046 Auxílio Alimentação	2.763.143	4.928.487	2.763.143	4.886.639	-	-	2.763.143	4.886.639
Demais	10.395.641	11.598.870	9.557.545	10.480.323	1.167.424	95.775	9.552.796	10.480.283

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Observação: Nas despesas de pessoal foram considerados os gastos com servidores ativos, inativos e pensionistas.

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 - Investimentos	2.875.455	5.439.548	357.062	809.462	3.740.738	2.518.393	357.062	809.462
449052 Equipamentos e Materiais Permanentes	2.875.192	5.439.337	356.799	809.251	3.740.738	2.518.393	356.799	809.251
449092 Despesas com Exercícios Anteriores	263	211	263	211	-	-	263	211
Demais	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização Da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Análise crítica

Considerando a execução orçamentária de créditos originários da UJ em função do contingenciamento realizado no exercício, não houve alterações significativas em relação às ações planejadas e as que foram efetivamente executadas, tampouco impacto na gestão orçamentária.

Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Paga	
	2009	2010	2009	2010
Licitação	191.662	326.133	434.619	326.133
Convite	-	-	-	-
Tomada de Preços	-	-	-	-
Concorrência	-	-	-	-
Pregão	191.662	326.133	182.459	326.133
Concurso	-	-	-	-
Consulta	-	-	-	-
Contratações Diretas	38.003	-	38.003	-
Dispensa	38.003	-	38.003	-
Inexigibilidade	-	-	-	-
Regime de Execução Especial	-	-	-	-
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	214.157	641.607	214.157	641.607
Pagamento em Folha	-	53.000	-	53.000
Diárias	214.157	588.607	214.157	588.607
Outros	-	-	-	-

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesas dos Créditos Recebidos

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	-	53.000	-	53.000	-	-	-	53.000
319001 Aposentadorias e Reformas	-	53.000	-	53.000	-	-	-	53.000
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3- Outras Despesas Correntes	443.822	914.740	443.822	914.740	-	-	434.619	805.274
339014 Diárias – Pessoal Civil	201.588	566.261	201.588	566.261	-	-	201.588	566.261
339033 Passagens e Despesas Com Locomoção	33.946	211.680	33.946	211.680	-	-	33.946	211.680
339030 Material de Consumo	130.398	105.204	130.398	105.204	9.203	100.216	121.195	4.988
Demais	77.890	31.595	77.890	31.595	-	9.250	77.890	22.345

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos

Não houve movimentação.

Análise crítica

Em 2010, os créditos recebidos foram utilizados para atender demandas da Unidade Orçamentária e de outros órgãos, principalmente relacionados à compra de material de expediente para serviços gráficos.

Destacamos o recebimento de crédito orçamentário e recurso financeiro proveniente do MPS, no valor de R\$ 800.286,8, referente a Acordo de Cooperação Técnica.

c) Indicadores institucionais

A UJ não possui indicadores institucionais para medir produtos, serviços e resultados alcançados no exercício, porém, há previsão para desenvolvê-los.

4. INFORMAÇÕES SOBRE RESTOS A PAGAR

Valores em R\$ 1,00

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	12.700	10.965	1.735	-
2009	1.658.211	1.623.477	34.732	-
2008	1.854.094	-	239.096	1.614.998
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	7.569.992	1.343.445	5.529.881	696.666
2009	11.974.696	1.398.276	10.543.804	32.616
2008	16.995.985	1.933.652	15.047.421	14.912

Fonte: SIAFI Operacional e Gerencial

Análise crítica

A estratégia de pagamento dos Restos a Pagar – RP, adotada pela UJ, foi a de se efetuar o maior número possível de pagamentos no primeiro semestre do exercício financeiro, visando a amenizar o impacto negativo de postergação de pagamento aos fornecedores, o que efetivamente ocorreu na medida em que foram entregues bens ou fornecidos os serviços contratados. Por essa razão, observa-se a concentração dos pagamentos, entre os meses de janeiro a julho, conforme o quadro abaixo:

MESES	PROCESSADOS PAGOS	NÃO PROCESSADOS PAGOS	TOTAL PAGO
JAN	1.735	1.475.683	1.477.418
FEV	-	855.315	855.315
MAR	-	858.532	858.532
ABR	-	808.524	808.524
MAI	-	544.869	544.869
JUN	-	441.058	441.058
JUL	-	105.357	105.357
AGO	-	53.552	53.552
SET	-	220.624	220.624
OUT	-	22.403	22.403
NOV	-	-	-
DEZ	-	143.963	143.963
TOTAL	1.735	5.529.881	5.531.616

Não houve impacto financeiro advindo do pagamento de despesas de exercícios anteriores, que foram liquidadas nos prazos previstos. A reinscrição de RP de exercícios anteriores obedeceu ao Dec. 7.418, de 31 de dezembro de 2010. Em 2010, houve somente a reinscrição de RP não processados, totalizando R\$ 41.311,00. Não houve evento negativo em restos a pagar. O aporte financeiro para liquidação da maior parte das despesas até o 1º. semestre foi muito positivo.

5. INFORMAÇÕES SOBRE RECURSOS HUMANOS DA UJ

5.1. Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro de Recursos Humanos por Tipologia de Cargos – Situação apurada até 31 Dez 10

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1. Provimento de cargo efetivo	3.586	1.735	81	33
1.1 Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2 Servidores de Carreira, Cargos e Celetistas (CLT), (excluídos DAS e GR)	3.586	1.317	69	33
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	1.132	69	33
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	-	1	-	-
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
1.2.5 Empregado CLT readmitido	-	184	12	-
1.3 Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença (a)	-	218	-	-
1.4.1 Cedidos (servidores de carreira e cargos)	-	92	-	-
1.4.2 Removidos	-	-	-	-
1.4.3 Licença remunerada	-	63	-	-
1.4.4 Licença não remunerada	-	5	-	-
1.4.5 Empregado CLT readmitido cedido	-	58	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	710	639	-	-
2.1 Cargos Natureza Especial	2	2	-	-
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	226	219	-	-
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	-	210	-	-
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2.2.4 Sem vínculo	-	9	-	-
2.2.5 Aposentado	-	-	-	-

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
2.3 Funções gratificadas (b)	482	418	-	-
2.3.1 Servidor de carreira, cargos e CLT vinculados ao órgão	-	206	-	-
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	-	212	-	-
3. TOTAL	4.296 (c)	1.956 (d)	81 (e)	33 (f)

Fonte: DGP

Observações:

a) Os Servidores inclusos no subitem 1.4, na tabela de custos de RH, encontram-se distribuídos em outras tipologias (Servidores de carreiras, cargos e empregados públicos que não ocupam cargos em comissão);

b) Situação apurada até 31 Dez 2010, em virtude da reformulação da redistribuição das gratificações de representação (GR), no âmbito da Agência;

c) O total é resultante do somatório do subitem 1.2 e do item 2, da coluna lotação autorizada;

d) O total é resultante do somatório do subitem 1.2 e do item 2, da coluna lotação efetiva;

e) O total é resultante do somatório dos subitens 1.2.1 e 1.2.5, da coluna servidores ingressos em 2010; e

f) O total corresponde ao subitem 1.2, da coluna servidores egressos em 2010.

Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária – Situação apurada até 31 Dez 10

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo	206	227	458	340	86
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	203	213	251	247	59
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	3	14	133	61	7
1.5. Empregado Celetista (CLT) readmitido	-	-	74	32	20
2.Provimento de cargo em comissão	23	82	318	198	18
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	2	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	3	27	70	112	7
2.3. Funções gratificadas	20	55	248	84	11

Fonte: DGP

Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade – Situação apurada até 31 Dez 10

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo	1	59	-	187	544	364	107	49	6	-
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira e cargos	1	56	-	177	299	284	101	49	6	-
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	-	3	-	10	119	80	6	-	-	-
1.5. Empregado Celetista (CLT) readmitido	-	-	-	-	126	-	-	-	-	-
2. Provimento de cargo em comissão	-	-	-	18	184	367	65	3	2	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	9	180	28	2	-	-
2.3. Funções gratificadas	-	-	-	18	175	185	37	1	2	-

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: DGP

Valores em R\$ Mil

Tipologia/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008	212,47	137,49	39,04	13,30	26,62	-	-	428,92
2009	323,25	147,23	40,66	13,50	63,51	16,95	-	605,10
2010	350,53	164,62	45,20	7,53	33,80	21,50	-	623,19
Servidores de Carreira ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	14.851,81	3.544,69	2.286,34	1.261,10	971,80	511,98	-	23.427,72
2009	22.599,52	4.231,98	2.341,04	960,88	1.270,83	678,15	-	32.082,40
2010	24.530,79	5.036,48	2.658,02	1.121,34	1.286,59	807,38	-	35.440,59
Servidores de Cargos ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008	2.942,25	815,50	460,42	383,06	94,20	71,81	-	4.767,24
2009	4.386,13	899,79	472,01	425,54	85,79	110,09	-	6.379,36
2010	4.749,17	1.048,50	543,01	470,29	119,01	144,36	-	7.074,34
Servidores de Carreira ocupantes de Funções gratificadas								
2008	3.330,99	125,36	440,85	189,88	167,33	12,69	-	4.267,10
2009	5.768,96	123,39	516,97	191,37	165,39	67,96	-	6.834,05
2010	8.708,13	286,03	843,50	336,51	427,00	133,19	-	10.734,36
Servidores de Cargos ocupantes de Funções gratificadas								
2008	2.568,17	331,72	362,13	371,91	45,57	69,40	-	3.748,89
2009	3.776,47	293,54	364,49	432,17	44,37	116,96	-	5.028,00
2010	4.106,64	370,94	441,42	450,41	82,02	150,30	-	5.601,73
Servidores DAS sem vínculo								
2008	-	318,70	24,02	5,93	29,57	-	-	378,23
2009	-	418,31	30,75	12,90	5,86	-	-	467,82
2010	-	441,27	36,82	12,65	21,50	-	-	512,23
Cedidos à ABIN - Militares								
2008	-	547,56	49,55	42,94	77,64	-	-	717,69
2009	-	780,23	65,49	32,53	66,72	-	-	944,97
2010	-	854,14	76,46	29,85	119,58	-	-	1.080,03
Cedidos à ABIN de outros Órgãos - Civis								
2008	-	207,98	19,37	11,06	23,51	-	-	261,93
2009	-	220,47	18,39	8,04	18,17	-	-	265,06
2010	-	118,47	18,99	11,87	33,07	-	-	182,40
Empregados Públicos - CLT								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	1.371,49	-	157,48	40,20	-	-	-	1.569,17
2010	4.835,67	-	410,99	94,21	-	-	-	5.340,87
Empregados Públicos ocupantes de Funções Gratificadas								
2008	-	-	-	-	-	-	-	-
2009	-	-	-	-	-	-	-	-
2010	371,61	32,31	39,73	13,66	-	-	-	457,30

Fonte: SIAPE, SIAFI E SARHA

Observação:

(*) Servidores cedidos com ônus ou em licença, mencionados no quadro acima, encontram-se distribuídos em outras tipologias (servidores de carreiras, cargos e empregados públicos que não ocupam cargos em comissão).

5.5 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA													
UG/Gestão: 110120/00001							CNPJ: 01.175.497/0001-41						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2005	L	O	046/2005/DAL	26.413.146/0001-52	30/06/05	30/06/10	1	1	-	-	-	-	E
2007	L	O	002/2007/DAL	05.795.290/0001-20	01/02/07	31/01/12	5	5	-	-	-	-	P
2007	L	O	014/2007/DAL	07.442.149/0001-70	02/05/07	02/05/10	2	2					E
2007	V	O	053/2007/DAL	08.068.307/0001-36	17/09/07	17/09/11	-	-	4	4	-	-	P
2007	V	O	054/2007/DAL	04.947.331/0001-94	01/10/07	01/10/10	2	2	-	-	-	-	E
2008	L	O	001/2008/DAL	01.260.858/0001-58	02/01/08	01/01/12	6	6	-	-	-	-	P
2008	L	O	017/2008/DAL	05.296.914/0001-65	03/03/08	03/03/11	1	1	-	-	-	-	P
2008	L	O	029/2008/DAL	05.305.430/0001-35	08/05/08	08/05/11	1	1	-	-	-	-	P
2008	L	O	030/2008/DAL	09.134.888/0001-20	12/05/08	12/05/10	1	1	-	-	-	-	E
2008	V	O	034/2008/DAL	00.618.649/0001-70	01/07/08	01/07/10	-	-	4	4	-	-	E
2008	V	O	035/2008/DAL	06.088.000/0001-71	30/06/08	30/06/11	-	-	4	4	-	-	P
2008	L	O	079/2008/DAL	07.261.678/0001-77	05/11/08	05/11/11	1	1	-	-	-	-	P
2009	L	O	031/2009/DAL	09.209.483/0001-03	07/05/09	05/08/10	5	5	-	-	-	-	E
2009	V	O	036/2009/DAL	04.281.402/0001-62	01/06/09	01/06/11	-	-	4	4	-	-	P
2009	V	O	037/2009/DAL	03.025.836/0001-39	29/05/09	29/05/10	-	-	4	4	-	-	E
2009	V	O	044/2009/DAL	06.088.000/0002-52	04/06/09	04/06/11	-	-	4	4	-	-	P
2009	L	O	46/2009/DAL	08.190.332/0001-98	08/07/09	08/07/10	2	2	-	-	-	-	E
2009	L	O	049/2009/DAL	09.431.870/0001-90	20/07/09	20/07/11	3	3	-	-	-	-	P
2009	L	O	068/2009/DAL	35.653.880/0001-80	01/09/09	01/09/11	1	1	-	-	-	-	P
2009	L	E	069/2009/DAL	38.062.485/0001-10	28/08/09	28/02/10	122	122	3	3	-	-	E
2009	L	O	081/2009/DAL	10.830.905/0001-42	18/11/09	18/11/11	1	1	-	-	-	-	P
2009	L	O	083/2009/DAL	09.016.469/0001-93	20/11/09	20/11/11	3	3	-	-	-	-	P
2009	V	O	091/2009/DAL	04.352.466/0001-07	11/12/09	08/02/11	-	-	49	49	-	-	P
2009	L	O	097/2009/DAL	03.425.351/0001-32	23/12/09	23/12/10	1	1	-	-	-	-	E
2010	V	O	021/2010/DAL	31.242.852/0001-19	31/01/10	31/01/12	-	-	4	4	-	-	P
2010	V	O	029/2010/DAL	02.576.238/0004-38	11/02/10	11/02/11	-	-	4	4	-	-	A
2010	L	E	058/2010/DAL	00.323.090/0001-51	31/03/10	30/06/10	2	2	-	-	-	-	E
2010	L	E	060/2010/DAL	00.403.982/0001-62	01/04/10	01/07/10	2	2	-	-	-	-	E
2010	L	E	062/2010/DAL	38.062.485/0001-10	13/04/10	13/10/10	122	122	3	3	-	-	E
2010	V	O	069/2010/DAL	09.130.034/0001-75	01/06/10	01/06/11	-	-	4	4	-	-	A
2010	L	O	071/2010/DAL	08.594.305/0001-80	05/07/10	05/07/11	2	2	-	-	-	-	A
2010	L	O	072/2010/DAL	10.565.981/0001-78	21/06/10	21/06/11	1	1	-	-	-	-	A
2010	L	O	073/2010/DAL	09.134.888/0001-20	29/06/10	29/06/11	1	1	-	-	-	-	A
2010	L	O	075/2010/DAL	00.323.090/0001-51	01/07/10	01/07/11	2	2	-	-	-	-	A
2010	L	O	080/2010/DAL	39.420.336/0001-49	06/08/10	06/08/11	5	5	-	-	-	-	A
2010	L	O	081/2010/DAL	11.507.596/0001-37	12/07/10	12/07/11	1	1	-	-	-	-	A
2010	L	O	082/2010/DAL	10.587.618/0001-53	26/07/10	26/07/11	2	2	-	-	-	-	A

Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	083/2010/DAL	11.222.248/0001-13	30/07/10	30/07/11	-	-	4	4	-	-	A
2010	V	O	084/2010/DAL	10.994.722/0001-62	01/08/10	01/08/11	-	-	2	2	-	-	A
2010	V	O	087/2010/DAL	02.650.833/0001-23	18/08/10	18/08/11	-	-	8	8	-	-	A
2010	V	O	090/2010/DAL	10.748.912/0001-08	16/08/10	16/08/11	-	-	4	4	-	-	A
2010	L	O	099/2010/DAL	03.619.612/0001-55	14/10/10	14/10/11	122	122	3	3	-	-	A
2010	L	E	106/2010/DAL	10.808.175/0001-83	10/11/10	10/03/11	1	1	-	-	-	-	A
2010	V	O	111/2010/DAL	05.891.583/0001-01	01/12/10	01/12/11	-	-	3	3	-	-	A
2010	L	O	112/2010/DAL	07.524.266/0001-82	30/11/10	30/11/11	1	1	-	-	-	-	A

Observação: Todos os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra celebrados pela Abin estão em consonância com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e Instruções Normativas do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: COLICON/CGAD/DAL/ABIN

Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA													
UG/Gestão: 110120/00001							CNPJ: 01.175.497/0001-41						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	2	O	105/2008/DAL	38.062.485/0001-10	17/12/08	17/12/11	-	-	23	23	-	-	P

Observação: Todos os contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra celebrados pela ABIN estão em consonância com o disposto no Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e Instruções Normativas do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão.

LEGENDA

Área: 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; 3. Serviços de Copa e Cozinha; 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; 5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; e 7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: COLICON/CGAD/DAL/ABIN

Distribuição do Pessoal Contratado Mediante Contrato de Prestação de Serviços

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
002/2007/DAL	7	05	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL RS
053/2007/DAL	8	04	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL PE
001/2008/DAL	7	06	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL GO
017/2008/DAL	7	01	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL MG
029/2008/DAL	7	01	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL CE
035/2008/DAL	8	04	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL GO
079/2008/DAL	7	01	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL SC
105/2008/DAL	2	23	COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA - SEDE
036/2009/DAL	8	04	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL RS
044/2009/DAL	8	04	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL TO
049/2009/DAL	7	03	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL PR
068/2009/DAL	7	01	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL RN
081/2009/DAL	7	01	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL CE
083/2009/DAL	7	03	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL MS
091/2009/DAL	8	49	COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA FÍSICA E TECNOLÓGICA
021/2010/DAL	8	04	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL RJ
029/2010/DAL	8	04	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL RO
069/2010/DAL	8	04	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL MT
071/2010/DAL	7	02	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL BA
072/2010/DAL	7	01	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL MT
073/2010/DAL	7	01	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL RO
075/2010/DAL	7	02	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL PE
080/2010/DAL	7	05	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL RJ
081/2010/DAL	7	01	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL TO
082/2010/DAL	7	02	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL PA
083/2010/DAL	8	04	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL RS
084/2010/DAL	8	02	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL CE
087/2010/DAL	8	08	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL PA
090/2010/DAL	8	04	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL RN
099/2010/DAL	7	125	COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS – SEDE
106/2010/DAL	7	01	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL SE
111/2010/DAL	8	03	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL MG
112/2010/DAL	7	01	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL RR

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio; 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

Fonte: COLICON/CGAD/DAL/ABIN

5.6 Indicadores Gerenciais sobre a Gestão de Recursos Humanos

Em 2010, a ABIN proveu 51 cargos de Oficial de Inteligência e 18 de Agente de Inteligência, ambos com atribuições correspondentes às atividades finalísticas da Agência. O provimento decorreu da extensão do número de vagas previsto para o concurso iniciado em 2008.

Também nesse ano foi iniciado o concurso público, com previsão de provimento em 2011, para 50 cargos de Oficial Técnico e 30 cargos de Agente Técnico de Inteligência, cujas atribuições envolvem atividades de gestão técnico-administrativas e de suporte e apoio logístico à atividade de Inteligência. O objetivo é amenizar a necessidade de pessoal especializado em áreas consideradas essenciais para o funcionamento da ABIN, como administração e logística, gestão de pessoas, orçamento e finanças e tecnologia da informação. As lacunas de dados estruturados sobre alguns temas deste relatório são exemplos das decorrências dessa carência.

Já é certo que o número de vagas autorizadas para o concurso não será suficiente para sanar as necessidades da Agência. As demandas encaminhadas à Agência têm crescido sistematicamente, em decorrência dos avanços do País e de seu maior protagonismo na cena internacional. Além disso, há fatores circunstanciais, como os chamados grandes eventos esportivos programados para os próximos anos (Jogos Mundiais Militares em 2011, Copa das Confederações em 2013, Copa do Mundo FIFA em 2014, e Jogos Olímpicos em 2016).

Este é o primeiro concurso para provimento de cargos para atividades de suporte na ABIN. Os servidores que atualmente desempenham atribuições nessas áreas são aqueles ocupantes dos cargos que não foram incluídos nas carreiras criadas pela Lei nº 11.776/2008, e que permaneceram nos Grupos Informações e Apoio, com remuneração e condições de aposentadoria desfavoráveis quando comparadas às das carreiras. Assim, apesar de tal concurso representar expectativa de minimização da carência de pessoal, por outro lado tende a aprofundar problemas gerados pela Lei ao não incluir nas carreiras criadas servidores que desempenham atribuições similares às previstas para os cargos de Oficial e Agente de Inteligência e Oficial Técnico e Agente Técnico de Inteligência. Os conflitos, insatisfações e desmotivações gerados são situações indesejáveis para um órgão de Inteligência de Estado. Continuam sendo feitas gestões junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Administração (MP) visando à correção de tais desequilíbrios.

Em continuidade ao previsto na Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, no exercício de 2010, a Agência readmitiu novos 12 empregados públicos, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Em trabalho conjunto com a Comissão Especial Interministerial (CEI) foi reavaliada e corrigida a planilha de cálculos dos salários dos empregados, o que permitiu a recuperação de cerca de 20% no valor da remuneração inicialmente calculada. A readmissão desse grupo de funcionários em condições distintas da dos demais, tanto no que diz respeito ao regime jurídico (celetista), como ao padrão de remuneração, somadas às indefinições relativas à progressão e promoção funcionais, têm gerado freqüentes demandas trabalhistas, com pedidos de indenizações.

A Agência iniciou mudanças na sistemática de avaliação de desempenho, em atendimento à Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008, e ao Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010. Em setembro de 2010, iniciou-se o último ciclo nos moldes tradicionais (chefia-subordinado). O ciclo seguinte, previsto para o período de setembro de 2011 a agosto de 2012, deverá observar o modelo da avaliação 360 graus, focada em resultados e baseada em indicadores e compromissos de desempenho.

Ainda em 2010, continuaram as tratativas com o MP para ingresso de todo o quadro da ABIN no SIAPE. Atualmente, apenas os integrantes das carreiras de Ciência e Tecnologia e os empregados públicos encontram-se inseridos no referido sistema.

A despeito do empenho da ABIN e do MP para que a inclusão dos dados no SIAPE seja efetivada, há condições essenciais que ainda não puderam ser geradas, como registro dos cargos da ABIN na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), procedimento já solicitado pela Agência ao Ministério do Trabalho e Emprego. A segurança das informações a serem incluídas ainda permanece

como a principal preocupação da ABIN, posto não estarem previstas adaptações no sistema pelo MP ou pelo SERPRO.

A ABIN possui dados significativos na área de capacitação. Em 2010, um grupo de 1.352 servidores (69% do quadro) foi submetido a algum tipo de capacitação.

As melhorias introduzidas na estrutura e remuneração dos cargos da ABIN, em 2004, e complementadas em 2008 e 2010, tiveram reflexo direto na diminuição da rotatividade dos quadros provenientes dos concursos públicos. A evasão de concursados que entraram em exercício na ABIN nos anos de 1999 e 2000 chegou a 42%. Entre os admitidos no certame iniciado em 2004, essa taxa baixou para 25% e, entre os admitidos no concurso iniciado em 2008, não ultrapassou 10%.

6. INFORMAÇÕES SOBRE TRANSFERÊNCIAS EFETUADAS

Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA									
CNPJ: 01.175.497/0001-41					UG/GESTÃO: 110120/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
4	001/2010	24.365.710/0001-83	2.150.000	Treinamento e capacitação de servidores e entrega de módulos	550.000	550.000	2010	2012	1
Observações: Contrapartida pactuada conforme o cronograma de execução do plano de trabalho.									
LEGENDA:									
Modalidade: 1. Convênio; 2. Contrato de Repasse; 3. Termo de Parceria; 4. Termo de Cooperação; 5. Termo de Compromisso.									
Situação da Transferência: 1. Adimplente; 2. Inadimplente; 3. Inadimplência Suspensa; 4. Concluído; 5. Excluído; 6. Rescindido; e 7. Arquivado.									

Fonte: APLAM e SIAFI

Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos Exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA						
CNPJ: 01.175.497/0001-41				UG/GESTÃO: 110120/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	-	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	1	-	-	550.000
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-	-

Fonte: APLAM e SIAFI

Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigorão em 2011 e Exercícios Seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					
CNPJ: 01.175.497/0001-41			UG/GESTÃO: 110120/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011/2012	
Convênio	-	-	-	-	-
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	1	2.150.000	550.000	1.600.000	26%
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	-	-	-	-	-

Fonte: APLAM e SIAFI

Resumo da Prestação de Contas Sobre Transferências Concedidas pela UJ na Modalidade de Termo de Cooperação

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					
CNPJ: 01.175.497/0001-41			UG/GESTÃO: 110120/00001		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)	
				Convênios	Termo de Cooperação
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		-	1
		Montante Repassado		-	550.000
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-		
	Montante Repassado (R\$)	-	-		
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
2008	Contas prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-	
		Montante Repassado (R\$)	-	-	

Fonte: APLAM e SIAFI

Informações Sobre a Prestação de Contas de Convênios e de Termo de Cooperação

Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Termo de Cooperação

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA						
UG/Gestão: 110120/00001			CNPJ: 01.175.497/0001-41			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos		
				Convênios	Termo de Cooperação	
2010	Quantidade de contas prestadas			-	-	
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		-	1	
		Montante repassado (R\$)		-	550.000	
	Com prazo de análise vencido	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-
			Quantidade Reprovada		-	-
			Quantidade de TCE		-	-
Contas NÃO analisadas		Quantidade		-	-	
	Montante repassado (R\$)		-	-		
2009	Quantidade de contas prestadas			-	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-	
		Quantidade Reprovada		-	-	
		Quantidade de TCE		-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-	
Montante repassado (R\$)		-	-			
2008	Quantidade de contas prestadas			-	-	
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		-	-	
		Quantidade Reprovada		-	-	
		Quantidade de TCE		-	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-	
Montante repassado		-	-			
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade		-	-	
		Montante repassado		-	-	

Fonte: APLAM e SIAFI

Análise Crítica

A ABIN realizou transferência de recursos conforme pactuado com a UFRN no Termo de Cooperação Técnica e no plano de trabalho. Em decorrência, a contraparte já disponibilizou o código do sistema composto por vários módulos para a gestão administrativa e de recursos humanos. Ainda conforme o cronograma pactuado, as atividades, em 2010, englobaram treinamento e preparação da equipe técnica, treinamento em módulo de contratos, implementação, homologação e disponibilização do módulo de contratos para operação das unidades de negócio. Os demais módulos serão implementados com apoio da contraparte nos anos de 2011 e 2012.

A primeira parcela da transferência não impactou na gestão orçamentária no exercício de 2011, tampouco se projeta, no estágio atual, impactos negativos nos próximos exercícios.

7. INFORMAÇÕES REFERENTES A REGISTROS NO SIASG/SICONV

DECLARAÇÃO			
<p>Declaro, exceto pela ressalva contida no parágrafo seguinte, que as informações referentes a contratos celebrados estão disponíveis e atualizados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, na forma do disposto no art.19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.</p> <p>Os Instrumentos Contratuais de nº 61/2009, 72/2009, 19/2010, 22/2010 e 110/2010, celebrados por esta UJ, não constam no SICON/SIASG, devido a problemas de natureza técnica, que ocasionaram bloqueio do cadastro no sistema. Tais fatos já foram reportados ao MP, estando a UJ aguardando solução técnica.</p> <p>Declaro ainda, que esta UJ não possui informações referentes a convênios, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros ajustes ou instrumentos congêneres celebrados, passíveis de registro no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (SICONV), tendo em vista a inviabilidade técnica por parte do SERPRO.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	15 de março de 2011
Responsável	Marley Antônio Coelho	Cargo	Chefe da Divisão de Contratos

8. INFORMAÇÕES SOBRE A DECLARAÇÃO DE BENS E RENDA

DECLARAÇÃO			
<p>Declaro, para os efeitos da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, que os servidores em cargos de confiança desta Agência cumpriram a exigência de fornecimento das informações relativas à Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física e respectivas retificações, mediante autorização do acesso por meio eletrônico ou cópia em papel, à base da Secretaria da Receita Federal do Brasil, conforme determinação contida na Portaria Interministerial MP/CGU nº 298, de 6 de setembro de 2007, que atende aos requisitos constantes no art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	15 de março de 2011
Responsável	Ana Maria Junqueira Dantas	Cargo	Diretora do Departamento de Gestão de Pessoal

9. INFORMAÇÕES SOBRE A ESTRUTURA DE CONTROLE INTERNO DA UJ

ASPECTOS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO	AVALIAÇÃO				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.					X
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantam ou incentivem a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou do código de ética ou conduta.					X
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.					X
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.					X

Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.					X
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.					X
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.					X
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.					X
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	X				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					X
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.					X
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
<p>Considerações gerais:</p> <p>Existem mecanismos de controle, no entanto, não se pode afirmar que haja um sistema de controle interno formalizado, estruturado em um plano de longo prazo. A instituição realiza monitoramento dos seus mecanismos de controle e considera que têm contribuído para a melhoria do desempenho em termos de eficiência e eficácia na execução da atividade de Inteligência.</p> <p>No que se refere à gestão de riscos, a instituição desenvolveu diagnóstico de riscos na área de tecnologia da informação, importante fator para a atualização, em curso, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Ainda neste contexto, as atividades voltadas para a segurança corporativa também empregam conceitos para a análise de riscos na proteção de áreas e instalações, pessoas, documentos e comunicações. Além disso, as ações de Inteligência são planejadas considerando os riscos envolvidos para sua execução. Uma vez avaliadas por diversas instâncias da cadeia hierárquica e aprovadas pela alta gerência, as ações de Inteligência são submetidas a controles e avaliações periódicas.</p> <p>A instituição conta com sistemas de coleta, armazenamento, análise e difusão de informações para fins gerenciais e produção de conhecimentos, mas reconhece a necessidade de aperfeiçoamento em algumas áreas, particularmente nas de administração e de recursos humanos, razão pela qual firmou convênio com a UFRN e o MJ para</p>					

desenvolver sistemas integrados voltados para esses segmentos.

Apesar dos meios disponibilizados – intranet, correio eletrônico, jornal eletrônico na forma de blog, fórum virtual, reuniões de coordenação, boletim eletrônico –, a percepção é de que a comunicação interna não atende completamente à expectativa de todos. Por essa razão, em dezembro de 2010, foi realizada pesquisa com o objetivo de mapear a opinião do conjunto dos servidores sobre aspectos referentes à comunicação interna, de modo a melhor orientar a tomada de decisões para a melhoria do processo. Os dados obtidos estão sendo avaliados e tabulados.

LEGENDA:

Níveis de Avaliação:

(1) **Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ; (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria; (3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ; (4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria e (5) **Totalmente válido:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

10. INFORMAÇÕES SOBRE GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

ASPECTOS SOBRE A GESTÃO AMBIENTAL	AVALIAÇÃO				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? A maioria dos veículos da ABIN são novos, com 3 anos de uso no máximo, e são bicombustíveis.		X			
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	X				
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.		X			
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	X				
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	

12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha ?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha?	X				
Considerações Gerais: A UJ entendeu que seriam necessárias somente informações complementares quando a resposta ao quesito fosse positiva (4 ou 5), por isso não inseriu informações complementares nas respostas com avaliação menor que quatro. As respostas foram elaboradas em conjunto pelo Departamento de Administração e Logística, Coordenação-Geral de Administração, Coordenação de Engenharia e Obras e Coordenação de Licitações e Contratos.					
LEGENDA: Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ; (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria; (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ; (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria e (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

11. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF - AMAZONAS	03	03
	0255 - Manaus	03	03
	UF - RORAIMA	01	01
	0301 - Boa Vista	01	01
	UF - PARÁ	02	02
	0427 - Belém	02	02
	UF - CEARÁ	01	01
	1389 - Fortaleza	01	01
	UF - RIO GRANDE DO NORTE	01	01
	1761 - Natal	01	01
	UF - ALAGOAS	01	01
	2785 - Maceió	01	01
	UF - BAHIA	01	01
	3849 - Salvador	01	01
UF - MINAS GERAIS	01	01	
4123 - Belo Horizonte	01	01	
BRASIL	UF - ESPÍRITO SANTO	04	04
	5705 - Vitória	04	04
	UF - RIO DE JANEIRO	03	03
	6001 - Rio de Janeiro	03	03
	UF - PARANÁ	21	21
	7535 - Curitiba	21	21
	UF - RIO GRANDE DO SUL	05	05
	8801 - Porto Alegre	05	05
	UF - MATO GROSSO DO SUL	01	01
	9051 - Campo Grande	01	01
	UF - GOIÁS	02	02
	9373 - Goiânia	02	02
	UF - DISTRITO FEDERAL	03	03
	9701 - Brasília	03	03
UF - TOCANTINS	01	01	
9733 - Palmas	01	01	
Subtotal Brasil		51	51
EXTERIOR	Inexistente	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		51	51

Fonte: COMAP/CGAD/DAL/ABIN e SPIUNet

Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ		
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010	
BRASIL	PARANÁ	-	01	
	Foz do Iguaçu	-	01	
	PARAÍBA	01	01	
	João Pessoa	01	01	
	MARANHÃO	01	01	
	São Luis	01	01	
	RORAIMA	01	01	
	Boa Vista	01	01	
	CEARÁ	01	01	
	Fortaleza	01	01	
	SANTA CATARINA	01	01	
	Florianópolis	01	01	
	SÃO PAULO	02	03	
	Santos	01	01	
	São José dos Campos	-	01	
	Presidente Prudente	01	01	
	SUBTOTAL BRASIL		07	09
	EXTERIOR	Inexistente	-	-
	SUBTOTAL EXTERIOR		-	-
	TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)		07	09

Fonte: COMAP/CGAD/DAL/ABIN e SPIUNet

Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob Responsabilidade da UJ

Valores em R\$ 1,00

UGR	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
110120	9701003305009	13	3	8.974.601,07	31.12.94	21.422.473,88	2.668.084,21	10.413.670,64
110120	9701011545005	16	-	3.883,89	31.12.94	176.505,00	0,00	0,00
110120	9701011555000	16	-	6.067,95	31.12.94	266.910,00	0,00	0,00
110121	0255001855000	13	3	65.469,90	31.12.94	210.000,00	971,00	1.808,16
110121	0255001865005	13	3	44.915,48	31.12.94	158.000,00	971,00	1.808,16
110121	0255001875000	13	3	42.414,34	31.12.94	140.000,00	971,00	1.808,16
110122	3849006725007	13	4	503.151,71	20.05.05	0,00	30.459,62	39.165,31
110123	1389000305002	13	3	1.080.000,00	13.03.07	0,00	147.692,34	119.615,83
110124	9373000885006	13	3	1.354.285,42	31.12.94	2.855.015,76	70.070,00	201.564,74
110124	9373001825007	13	-	1.051908,30	26.03.03	0,00	3.500,00	0,00
110125	4123003245001	13	3	1,00	06.03.97	397.510,33	6.197,28	30.123,19
110126	9051000225006	13	3	45.772,03	31.12.94	114.364,53	18.693,17	58.206,86
110127	0427000205009	13	4	10.464,00	01.04.00	77.362,65	36.080,50	65.500,00
110127	0427004855008	11	3	4.833,81	31.12.94	183.121,48	12.300,00	42.389,71
110129	7535001305002	13	4	32.903,57	31.12.94	83.142,64	0,00	15.366,48
110129	7535001315008	13	4	48.509,01	31.12.94	71.521,86	0,00	14.284,00
110129	7535001325003	13	4	44.982,43	31.12.94	63.545,13	0,00	14.243,00
110129	7535001335009	13	4	34.488,25	31.12.94	19.922,20	0,00	14.100,06
110129	7535001345004	13	4	24.667,22	31.12.94	17.775,56	0,00	14.100,06
110129	7535001355000	13	4	26.109,51	31.12.94	21.088,73	0,00	14.100,06
110129	7535001365005	13	4	46.539,05	31.12.94	52.675,57	0,00	42.229,15
110129	7535001375000	13	4	47.594,39	31.12.94	69.457,76	0,00	14.246,95
110129	7535001385006	13	4	23.383,23	31.12.94	14.622,12	0,00	14.100,06
110129	7535001395001	13	4	24.649,63	31.12.94	175.518,02	0,00	14.100,06
110129	7535001405007	13	4	25.203,68	31.12.94	14.809,60	0,00	14.188,78
110129	7535001415002	13	4	25.080,56	31.12.94	18.496,78	0,00	14.188,78
110129	7535001425008	13	4	22.591,73	31.12.94	12.857,32	0,00	14.188,78
110129	7535001435003	13	4	23.919,69	31.12.94	15.868,95	0,00	14.188,78
110129	7535001445009	13	4	24.552,89	31.12.94	17.299,94	0,00	14.203,78
110129	7535001455004	13	4	31.518,11	31.12.94	33.667,58	0,00	14.224,48
110129	7535001465000	13	4	23.339,26	31.12.94	45.778,02	0,00	14.241,24
110129	7535001475005	13	4	24.737,58	31.12.94	17.714,04	0,00	14.100,10
110129	7535001485000	13	4	25.027,80	31.12.94	18.371,01	0,00	14.154,78
110129	7535001495006	13	4	23.699,83	31.12.94	15.368,09	0,00	14.100,06
110129	7535002205001	13	4	768.928,91	15.19.05	0,00	0,00	0,00
110130	6001012785009	13	3	1.089.855,63	03.07.00	0,00	0,00	5.600,00
110130	6001015515002	13	4	956.195,05	26.11.97	0,00	80.059,25	77.759,32
110130	6001030985006	13	3	1.464.159,04	06.10.05	0,00	46.000,00	111.745,08

Valores em R\$ 1,00

UGR	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
110131	8801001315008	13	3	824.371,00	31.12.94	3.016.034,00	42.244,97	166.018,37
110131	8801001325003	13	4	14.790,52	31.12.94	37.659,83	12.807,90	39.000,00
110131	8801001335009	12	3	27.753,56	31.12.94	113.934,28	21.653,98	27.800,00
110131	8801001535008	13	-	80.520,00	31.12.94	198.000,00	0,00	0,00
110131	8801001675004	13	4	431.808,72	31.12.94	1.004.346,97	22.604,91	0,00
110240	2785001985005	13	3	80.135,31	01.06.00	0,00	1.700,00	2.631,03
110243	5705000205004	06	2	787.104,45	01.06.00	0,00	8.000,00	21.408,03
110243	5705000265007	13	3	6.059,38	31.12.94	13.668,19	0,00	6.000,00
110243	5705000275002	13	3	4.168,57	08.08.01	10.834,00	0,00	6.000,00
110243	5705002025003	13	3	139.063,81	14.03.01	0,00	11.900,00	0,00
110252	1761002515000	13	4	183.894,36	12.02.07	0,00	42.680,00	119.333,35
110254	0301003095000	13	-	0,02	26.01.09	76.900,47	0,00	0,00
110257	9733000045004	13	4	82.911,74	25.03.03	0,00	35.433,18	82.877,45
TOTAL							3.321.074,31	11.916.482,83

Fonte: SPIUNet e SIAFI

a) Regime: É o regime de utilização do imóvel formalizado com a União e a situação em que se encontra o processo de regularização do imóvel, que deverá ser informado conforme a seguinte codificação:

- | | |
|------------------------------------|------------------------------------|
| 1 – Aquicultura | 12 – Em regularização – Outros |
| 2 – Arrendamento | 13 – Entrega – Adm. Federal Direta |
| 3 – Cessão – Adm. Federal Indireta | 14 – Esbulhado (Invadido) |
| 4 – Cessão – Outros | 15 – Imóvel Funcional |
| 5 – Cessão – Prefeitura e Estados | 16 – Irregular – Cessão |
| 6 – Cessão Onerosa | 17 – Irregular – Entrega |
| 7 – Comodato | 18 – Irregular – Outros |
| 8 – Disponível para Alienação | 20 – Locação para Terceiros |
| 9 – Em processo de Alienação | 21 – Uso em Serviço Público |
| 10 – Em regularização – Cessão | 22 – Usufruto Indígena |
| 11 – Em regularização – Entrega | 23 – Vago para Uso |

b) Estado de Conservação: estado em que se encontra o imóvel, segundo a seguinte classificação:

- | | |
|-------------------------|---------------------------------|
| 1 – Novo | 6 – Ruim |
| 2 – Muito Bom | 7 – Muito Ruim (valor residual) |
| 3 – Bom | 8 – Sem Valor |
| 4 – Regular | |
| 5 – Reparos Importantes | |

Análise Crítica Sobre a Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

Diante do novo referencial de gestão do patrimônio imobiliário da União, que tem por objetivo a ocupação racional e redução de custos na manutenção e conservação do patrimônio público, a ABIN vem empreendendo esforços no sentido de diminuir a locação de imóveis para sediar suas unidades em todo o território nacional.

O quadro demonstrativo demonstra a carência de próprios nacionais de uso especial jurisdictionados à ABIN.

Cabe registrar que, em Curitiba o quantitativo de imóveis refere-se a um conjunto de dezenove salas, em prédio comercial, as quais foram escrituradas de forma individualizada.

Por se tratarem de terrenos sem benfeitorias e não possuem classificação na tabela (coluna “estado de conservação”), não foram classificados os RIP: 9701011545005, 9701011555000, 9373001825007, 8801001535008 e 0301003095000.

Registramos a ausência de imóveis fora do patrimônio da União, não havendo impedimento para a continuidade dos processos que se encontram em fase de regularização na Secretaria do Patrimônio da União.

Os valores informados nas colunas “valor histórico” e “valor reavaliado” são os constantes dos registros existentes no Sistema SPIUNET, os quais estão em reavaliação dos próprios nacionais a cargo da SPU, conforme estabelece a macrofunção 02.03.30 do manual SIAFI.

Finalizando, o quadro de despesas com manutenção incorridas no exercício agrega despesas relativas a limpeza e conservação, vigilância, serviço de apoio técnico operacional às instalações, manutenção e conservação dos imóveis, serviço de energia elétrica, serviço de água e esgoto, bem como recursos aplicados na adequação dos imóveis, em especial no complexo administrativo em Brasília, sede do órgão, que, por suas características físicas de estrutura horizontal, absorveu maior parcela de recursos em relação às demais instalações.

12. INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro Sobre a Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	85				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.					X
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.					X
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.					X
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					X
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.					X
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.					X

Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI				
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	40%			
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.				X
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?				X
Considerações Gerais:				
a) Item 2. O Projeto Capacidade Tecnológica e o Plano Diretor de TI formam o Planejamento Estratégico de TI da UJ;				
b) Item 9. Os Projetos de Desenvolvimento seguem metodologia definida pela Coordenação de Sistemas da Informação. Contudo, não existe documento publicado que formalize o uso da metodologia;				
c) Item 10. O trabalho de levantamento foi realizado, a fim de identificar as expectativas dos usuários quanto ao nível de serviço das soluções de TI oferecidas. Os acordos serão propostos caso a caso considerando os recursos disponíveis e as expectativas apresentadas; e				
d) Item 12 - O percentual refere-se aos contratos de terceirização dos serviços de impressão, suporte técnico para o uso de licenças de gerenciador de backup, sistemas operacionais, antivírus, banco de dados, manutenção e atualização de ativos de rede, equipamentos e telefonia.				
e) As respostas foram elaboradas em conjunto pelo Diretor do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, Diretor de Administração e Logística, Assessor de Planejamento e Modernização, Coordenador-Geral de Tecnologia da Informação e Eletrônica, Coordenadora de Sistemas da Informação e o Coordenador de Infra-estrutura e Tratamento de Incidentes de Rede.				

13. USO DO CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL - CPGF

Esta UJ utilizou os Cartões de Pagamento do Governo Federal – CPGF, para realização de despesas de natureza ostensiva, observando as disposições dos Decretos nº 5.355, de 25 de janeiro de 2005 e 6.370, de 1 de fevereiro de 2008, conforme o quadro abaixo:

Valores em R\$ 1,00

DEMONSTRATIVO SINTÉTICO DOS VALORES GASTOS COM CARTÕES - CPGF			
EXERCÍCIO	MODALIDADE		TOTAL
	FATURA	SAQUE	
2009	253.239,99	14.465,00	267.704,99
2010	161.300,52	42.319,00	203.619,52
Observações:			
Em 2010 houve redução significativa de 24% nas despesas efetuadas com o CPGF em relação a 2009, devido a uma gestão mais ativa sobre os gastos efetuados, bem como em atendimento às orientações e recomendações da Secretaria de Controle Interno – Ciset, da Presidência da República.			
Ressaltamos, ainda, que a utilização do CPGF de natureza ostensiva, na sua totalidade, deveu-se a necessidade de atender às demandas administrativas de 26 (vinte e seis) superintendências estaduais vinculadas à Agência, em virtude de não possuírem autonomia administrativa e financeira, o que tornou o suprimento de fundos o instrumento mais eficiente e eficaz, na atual conjuntura, para descentralização de recursos destinados a atender a vida vegetativa das superintendências.			

Despesas de caráter sigiloso podem levar à identificação de informações também protegidas por sigilo. Por essa razão, os gastos efetuados por meio de CPGF para pagamento daquelas despesas deixam de ser informadas no presente relatório, conforme previsto no §1º do art. 4º, da Decisão Normativa – TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010.

14. DELIBERAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					045104
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	011.329/2008-9	792/2010-Plenário	1.7	DE	Ofício nº 330/2010-TCU/SECEX-6
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA					045104
Descrição da Deliberação:					
<p>1.7 Determinar à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN que:</p> <p>1.7.1. Realize, para a aquisição de bens e serviços, pesquisa prévia de preços e analise a regularidade fiscal das empresas licitantes, em cumprimento ao disposto nos arts. 43, inciso IV, e 29, ambos da Lei nº 8.666/1993, anexando aos autos dos processos documentação que comprove a efetivação desses procedimentos; e</p> <p>1.7.2. Apure, se ainda não o fez, as circunstâncias que possibilitaram o pagamento em duplicidade, a título de diárias e hospedagem, no valor de R\$ 12.377,14, fato esse relatado no item 5.11, “i”, do Anexo I ao Relatório Ciset/PR nº 12/2008, e adote as providências para apurar responsabilidades, se for o caso, e evitar a reincidência da falha, informando, no próximo relatório de gestão, os resultados obtidos.</p>					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Agência Brasileira de Inteligência – Departamento de Administração e Logística					045104
Síntese da providência adotada:					
<p>Subitem 1.7.1</p> <p>1) Em relação à pesquisa de preços para as aquisições de bens e serviços realizada por meio de processos de contratação direta por dispensa e inexigibilidade de licitação e processos licitatórios e de adesões às atas de registros de preços de outros órgãos, são tomadas as seguintes providências pela área responsável:</p> <p>Dispensa de licitação: é precedida de pesquisa de preços em três empresas do ramo. Nos casos de aquisição de material, de acordo com o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/93, é realizada pesquisa no Sistema de Preços Práticos – SISPP, módulo do SIASG do MPOG e em sítios na Internet, para obtenção de valor de referência. A aquisição é realizada por meio do Sistema de Cotação Eletrônica, módulo do SIASG do MP, conforme previsto na Portaria nº 306, de 13 de dezembro de 2001.</p> <p>Inexigibilidade de Licitação: realiza-se pesquisa em outros órgãos públicos ou entidades privadas que fizeram a mesma aquisição ou contratação, ou por meio de outros processos da própria ABIN para a mesma aquisição em períodos distintos.</p> <p>Processos Licitatórios ou de adesões às atas de registro de preços de outros órgãos: realiza-se pesquisa de preços junto às empresas do ramo, no mínimo duas, na forma do Acórdão 828/2004 – Segunda Câmara; ou consulta-se o Sistema de Preços Praticados - SISPP, módulo do SIASG do MP, ou sítios na internet, ou, ainda, o SINAPI da Caixa Econômica Federal.</p> <p>2) A análise da regularidade fiscal das empresas licitantes é realizada antes das contratações diretas por dispensa e inexigibilidade de licitação e nos processos licitatórios é previsão constante da habilitação dos participantes.</p> <p>3) Em relação a anexar, aos autos dos processos, documentação que comprove a efetivação desses procedimentos, esclareço que as pesquisas de preço e os documentos de regularidade fiscal fazem parte tanto dos autos dos processos de contratação direta, como dos processos licitatórios.</p>					
<p>Subitem 1.7.2</p> <p>1) As circunstâncias que levaram à utilização de suprimento de fundos para pagamento de despesas de hospedagem e alimentação (Processos 0118001082/07 e 0118001521/07), já custeadas por diárias pagas aos servidores envolvidos, foram justificadas à Ciset/PR pelo próprio agente suprido, por intermédio do Ofício nº 651/2008/DA/ABIN/GSI/PR, de 01 Abr 2008. Na justificativa, o servidor alegou “<i>equivoco de processamento</i>” para o pagamento realizado e apresentou comprovante de devolução do valor concedido (GRU emitida em 31 Mar 2008), cuja cópia encontra-se anexa ao referido Relatório, constante da TCA 2007. O valor total restituído foi de R\$ 12.440,14, sendo R\$ 12.377,14 referente ao processo 0118001082/07 e R\$ 63,00 referente ao processo 0118001521/07.</p>					

2) A apuração de responsabilidade foi objeto da Sindicância Investigativa nº 005/2008 que constatou ter havido imprudência por parte do agente suprido, porém, sem que se caracterizasse má fé, irregularidade ou prejuízo ao erário, posto que o valor foi integralmente ressarcido pelo próprio servidor. As apurações foram encaminhadas à Ciset/CC/PR por meio do Ofício nº 101/DAL/SPOA/ABIN, de 12 Fev 2009.

3) A fim de evitar reincidência, foram adotadas medidas cautelares quando da conferência da prestação de contas dos suprimentos de fundos, de forma a evitar a duplicidade de pagamentos. Cabe ressaltar, no entanto, que o episódio em tela tratou-se de um fato isolado, ocorrido, exclusivamente, por falha individual do servidor, conforme evidenciado no procedimento apuratório. A falha foi reconhecida pelo próprio agente suprido, que alegou “equivoco de processamento”, assumindo inteira responsabilidade pelo erro e pela restituição de todo o valor utilizado de R\$ 12.440,14.

4) Salientamos que a partir das constatações da Ciset, todas as prestações de contas de suprimento de fundos vêm sendo rigorosamente glosadas. Nos casos de impugnação de despesas realizadas pelos agentes supridos de maneira incorreta, conforme normas e orientações em vigor, o Ordenador de Despesas fiscaliza e determina a devolução dos recursos por meio de GRU.

5) Finalizando, informamos que foi elaborada minuta da nova Norma Administrativa, que se encontra em fase final de aprovação e vigência, para concessão, aplicação e comprovação de suprimento de fundos de caráter ostensivo, no âmbito da Agência. Com a implantação da nova Norma, julgamos que todas as constatações observadas pela Ciset tendem a não se repetir.

Síntese dos resultados obtidos

Após as providências acima citadas, esta UJ entende que as providências cabíveis, no sentido de regularizar a situação ocorrida, foram plenamente adotadas. Dessa maneira, a Administração da ABIN ratifica seu permanente intento de observância dos ditames legais, incluídas as recomendações emanadas do TCU.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Nada houve a registrar.

Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada						
Denominação completa:						Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA						045104
Deliberações do TCU						
Deliberações expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
02	018.263/2007-9	795/2010 – TCU – PLENÁRIO	1.7	DE	Ofício nº 322/2010-TCU/SECEX-6	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA						045104
Descrição da Deliberação:						
1.7 Determinar à Agência Brasileira de Inteligência – ABIN que:						
1.7.1. Promova as correções nas classificações orçamentárias do Sistema SARHA apontadas no subitem 7.2.3 do Relatório de Auditoria/Ciset nº 15/2007, enquanto utilizar o sistema, equiparando-as àquelas existentes no SIAPE, de modo a registrar adequadamente as despesas com pagamento de pessoal no SIAFI;						
1.7.2. Anexe aos processos de diárias a documentação que comprove a participação do servidor no evento que originou o deslocamento (e.g.: ata de reunião, certificado do curso, etc.), evidenciando o cumprimento do disposto no artigo 1º do Decreto 5.992/2006;						
1.7.3. Faça constar dos processos de concessão de diárias e/ou passagens as razões determinantes do afastamento do servidor em período diferente do estipulado pela missão, comprovando, inclusive, que a alteração relativa à passagem aérea não trouxe oneração para a União;						
1.7.4. Observe o prazo de 20 dias para julgamento de sindicância, em conformidade com art. 167 da Lei 8.112/90; e						
1.7.5. Proceda a apreciação das sindicâncias instauradas em 2006, se ainda não o fez, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 dias, informações quanto ao cumprimento da medida, bem como as providências adotadas para identificar e responsabilizar os servidores envolvidos na ocorrência.						

Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Agência Brasileira de Inteligência	045104
Síntese da providência adotada:	
Subitem 1.7.1	
1) Expedição do Memorando nº 092/DAL/SPOA, de 17 Mai 2010, solicitando ao Departamento Geral de Pessoal - DGP informações sobre o assunto.	
2) Em resposta, por meio do Memorando nº 1367-DGP/SPOA/ABIN, de 02 Jun 2010, o DGP informou que foram realizadas as devidas correções na classificação orçamentária do sistema SARHA, equiparando-as àquelas existentes no sistema SIAPE.	
Subitem 1.7.2	
Foi expedido o Memorando nº 087/DAL/SPOA – Circular, de 12 Mai 2010, contendo, no seu item “2”, letra “c”, a seguinte determinação:	
<i>“c. quando houver comprovante de participação do evento motivador da viagem, o servidor deverá anexar cópia do comprovante ao relatório de viagem”.</i>	
Subitem 1.7.3	
1) Informamos que a Norma Administrativa - NA nº 001/2009/DAL, de 28 Jul 2009, que regulamenta os procedimentos a serem adotados, no âmbito da ABIN, para requisição de passagens e concessão de diárias, no seu item 5.9, prevê: <i>“São de inteira responsabilidade do servidor as eventuais alterações de percurso, datas e horários de deslocamentos, quando não autorizadas ou determinadas, previamente, pela Administração.”</i>	
2) Informamos também, que a título de reforço foi emitido o Memorando Circular nº 123/SPOA, de 22 Jun 2010, cujo item “1”, letra “b”, contém a seguinte determinação: <i>“...quando ocorrer alteração de algum dado original da Proposta de Concessão de Passagens e Diárias – PCPD, tais como percurso, data, horário ou outro fato relevante, o servidor beneficiário da passagem aérea, deverá preencher o relatório de viagem existente na intranet, para ser anexado ao memorando que encaminhará a prestação de contas da viagem.”</i>	
Subitem 1.7.4	
1) Foi expedido o Memorando nº 091/DAL/SPOA, de 17 Mai 2010, solicitando à Corregedora-Geral - COGER informações sobre o assunto.	
2) Em resposta, por meio do Memorando nº 166/COGER/DG/ABIN, de 20 Mai 2010, a COGER informou:	
a) está sendo observado o prazo de 20 dias para o julgamento de sindicâncias, em conformidade com o que prescreve o art. 167 da Lei 8.112/90. No entanto, informamos que essa regra foi mitigada pelo §1º do art. 169, da mesma lei, o qual estabelece que o julgamento fora do prazo legal, (caso necessário), não implica nulidade do processo; e	
b) enviou um quadro demonstrativo dos Procedimentos Disciplinares referente ao Exercício 2006.	
Subitem 1.7.5	
Informamos que foi encaminhado ao TCU o Ofício nº 078/SPOA/ABIN, de 24 Maio 2010, repassando as informações prestadas pela COGER.	
Síntese dos resultados obtidos	
Após as providências acima citadas, esta UJ entende que as medidas cabíveis no sentido de aprimorar procedimentos foram adotadas. Dessa forma, a Administração da ABIN ratifica seu permanente intento de observância dos ditames legais, incluídas as recomendações emanadas do TCU.	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
Nada houve a registrar	

Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

- Não é o caso desta UJ.

15. RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)

Relatório de cumprimento das recomendações do OCI atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			045104
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	02/2010	Anexo I (Constatação nº 2 do RA)	Ofício nº 402/2010/COAUD-CISET-CC-PR
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			045104
Descrição da Recomendação:			
Constatação nº 2 do Relatório de Auditoria – RA.			
<p>Fato nº 01. Recepção de Notas Fiscais de prestação de serviços de forma antecipada, sem a respectiva prestação de serviços e execução de serviços e pagamento fora da vigência dos contratos referentes aos processo nº 011800001294/2008 nº 01180000185/2009.</p> <p>Fato nº 2. Inobservância ao disposto no Dec. 93872/86 e na Lei 4320/64, quando da execução de despesa por meio de suprimento de fundos.</p>			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Agência Brasileira de Inteligência – Departamento de Administração e Logística			045104
Síntese da providência adotada:			
Por intermédio do Ofício nº 653/DAL/SPOA/ABIN/GSI/PR, de 17/9/2010, a ABIN encaminhou ao OCI o Plano de Providências referente à Constatação 2, relatada no Anexo I ao Relatório de Auditoria nº 02/2010, que trata da análise da Gestão 2009 da ABIN, com manifestação do gestor sobre as análises do Controle Interno.			
Síntese dos resultados obtidos			
<p>Por intermédio do Ofício nº 738/2010/COAUD-CISET-CC-PR, de 11/11/2010, o Senhor Secretário de Controle Interno encaminhou a esta UJ, a Nota Técnica nº 36/2010-COAUD-CISET-CC-PR, de 11/11/2010, com as seguintes conclusões:</p> <p>a) a empresa contratada forneceu material e prestou serviços na forma contratada e a ABIN recebeu por estar de acordo com o contratado. O fato de ter efetuado parte do pagamento depois de expirado o prazo do contrato não causou prejuízo ao erário, embora tenha havido descumprimento das normas de Licitações e Contratos, pelo qual ressaltamos a importância da Unidade, em próximas contratações, virem a observá-las; e</p> <p>b) as providências já implementadas e as que se encontram em curso deverão resultar na correção das falhas apontadas na área de suprimento de fundos, não tendo sido detectado prejuízo e sim descumprimento de formalidades intrínsecas aplicáveis ao instituto do suprimento de fundos, bem como da norma que rege licitações e contratos, que também deverá ser observada em procedimentos futuros.</p> <p>Em síntese, o OCI concluiu que tanto as medidas adotadas quanto as que estão em curso, somadas às justificativas e aos esclarecimentos apresentados pela ABIN, reuniram condições satisfatórias para que o OCI as acatasse, com a ressalva de que, nas próximas ações de controle, essas medidas sejam monitoradas e que a Agência deverá observar, com mais acuidade, a legislação que rege a execução de contratos e de suprimento de fundos.</p>			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Nada houve a registrar.			

Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

- Não é o caso desta UJ.

16. DECLARAÇÃO DO CONTADOR RESPONSÁVEL PELA UJ

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
DECLARAÇÃO PLENA			
Denominação Completa (UJ):			Código da UG:
AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA			110120
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da Agência Brasileira de inteligência que apresenta o Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF.	Data	15/02/2011
Contador Responsável	Rosaura Conceição Haddad	CRC nº	9.686 - DF

17. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ PARA DEMONSTRAR A CONFORMIDADE E O DESEMPENHO DA GESTÃO

Após análise dos resultados quantitativos e qualitativos alcançados, considerando ainda, a eficiência, eficácia e a efetividade no cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas, conclui-se que a gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados nesta Unidade Jurisdicionada foi realizada de forma satisfatória.

Brasília-DF, 31 de março de 2011

WILSON ROBERTO TREZZA
Diretor-Geral